

inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2930/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 17 de Fevereiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa por naturalização a Marco António de Araújo Vento, natural do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 20 de Novembro de 1958, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2931/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 17 de Fevereiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa por naturalização a Marta Vento de Figueiredo, natural de São Paulo, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 8 de Agosto de 1961, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2932/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 17 de Fevereiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa por naturalização a Tomás António Medina, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 22 de Dezembro de 1958, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2933/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 17 de Fevereiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa por naturalização a Zhou Jinwei, natural de Zhejiang, República da Popular da China, de nacionalidade chinesa, nascido em 30 de Setembro de 1976, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2934/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 17 de Fevereiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa por naturalização a Maria Correia Landim, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 7 de Fevereiro de 1958, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2935/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 17 de Fevereiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa por naturalização a Lúcia Maria de Assunção do Rosário Pinto Tavares, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 11 de Setembro de 1970, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 2936/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 17 de Fevereiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa por naturalização a José Manuel da Costa, natural de Teixeira Pinto, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 20 de Julho de 1955, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6000/2005 (2.ª série). — Consagra o n.º 1 do artigo 38.º do Estatuto do Notariado, estatuto este aprovado pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, que o notário inicia a sua actividade com a tomada de posse mediante juramento perante o Ministro da Justiça e o bastonário da Ordem dos Notários.

Tendo em vista dar cumprimento ao desiderato supra-referido delegeo, ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no Secretário de Estado da Justiça, com a faculdade de subdelegar no director-geral dos Registos e do Notariado, a competência para empossar os notários e aceitar o respectivo juramento nos termos das disposições legais aplicáveis.

15 de Fevereiro de 2005. — O Ministro da Justiça, *José Pedro Aguiar Branco*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 6001/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral da Administração da Justiça de 24 de Janeiro de 2005:

Patrícia Carla de Faro Martins dos Santos, escriturária auxiliar da 1.ª Vara Cível de Lisboa — nomeada, em comissão de serviço, para exercer funções no conselho dos oficiais de justiça, com efeitos a partir de 2 de Fevereiro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Correia Botelho*.

Despacho (extracto) n.º 6002/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral da Administração da Justiça de 11 de Janeiro de 2005:

Paulo Alexandre Salgueiro Pereira, escrivão-adjunto da 1.ª Vara de Competência Mista de Sintra — nomeado em comissão de serviço, para exercer funções no departamento do DRM, desta Direcção-Geral, com efeitos a partir da publicação do movimento de oficiais de justiça do mês de Fevereiro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Correia Botelho*.

Despacho (extracto) n.º 6003/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral da Administração da Justiça de 19 de Julho de 2004:

Rogério Walter R. F. Madeira, técnico de justiça-adjunto do Tribunal da Comarca do Ministério Público de Viana do Castelo — nomeado, em comissão de serviço, para a Direcção-Geral da Administração da Justiça, ficando afecto às equipas de apoio às novas tecnologias, com efeitos a partir de 28 de Setembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Correia Botelho*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 6004/2005 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Novembro de 2004 do director-geral:

Helena Maria Paulino Pereira, escriturária da conservatória dos registos centrais — requisitada para exercer funções nos serviços centrais